



ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO CONJUNTO CIDADE DA ESPERANÇA/NATAL-RN: ENTRE O CONCEBIDO NO PLANO URBANÍSTICO ÀS CONFIGURAÇÕES ATUAIS

(1) AMANDA, Nascimento (1);

(2) RUTH, Ataíde (2);

(1) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Arquiteta e Urbanista; Natal/RN; amandaarquitetar@gmail.com

(2) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora. Doutora; Natal/RN; rataide_58@hotmail.com

RESUMO

Os Espaços Livres, privados e públicos, são elementos estruturantes do tecido urbano e fundamentais no processo de reprodução da vida nas cidades. O conjunto habitacional Cidade da Esperança, que deu origem ao bairro de mesmo nome, localizado em Natal/RN, distingue-se de outros similares construídos na cidade nas décadas de 1970 e 1980, em razão do pioneirismo do seu partido urbanístico, que incorporou a reserva de áreas livres para a instalação de serviços e equipamentos coletivos públicos e privados (fins comerciais), assim como para a circulação. Entretanto, o uso e a ocupação desses espaços nem sempre ocorreram de forma correspondente aos objetivos do projeto original do conjunto. O trabalho se propõe a analisar o processo de constituição dos espaços livres públicos desse tecido urbano, destacando seus aspectos locacionais em relação aos espaços privados, as modificações decorrentes dos usos e das formas de apropriação e realçando os espaços remanescentes, que reúnem condições para integrar uma proposta de um sistema articulado para uso da coletividade. Para o seu desenvolvimento recorreu-se a uma pesquisa teórica sobre os fundamentos do partido urbanístico adotado e as respectivas ferramentas de análise espacial, assim como em documentos e registros históricos sobre a constituição do lugar.

Palavras-Chaves: Espaços livres; Espaços livres públicos; Cidade da Esperança; Configuração espacial.

THE OPEN SPACES IN CIDADE DA ESPERANÇA / NATAL-RN: A COUNTERPOINT BETWEEN THE URBAN PLAN DESIGNED TO CURRENT SETTINGS

ABSTRACT

The open spaces private and public, are structural elements of the urban fabric and fundamental in the process of reproduction of life in cities. The housing Cidade da Esperança, giving rise to the eponymous district, located in Natal / RN, is distinguished from other similar built in the city in the 1970s and 1980s, due to the pioneering spirit of its urban party, which incorporated





reserve free areas for the installation of public and private collective services and equipment (commercial purposes), as well as for the movement. However, the use and occupation of these spaces not always occurred accordingly to the objectives of the original joint project. The study aims to analyze the process of formation of public open spaces of this urban fabric, emphasizing its locational aspects in relation to private spaces, the changes resulting from the uses and forms of ownership and enhancing the remaining spaces, who are eligible to join a proposed an articulated system for use of the community. For its development appealed to a theoretical research on the fundamentals of urban party adopted and their spatial analysis tools, as well as documents and historical records on the constitution of the place.

Key Words: *Open spaces; Public open spaces; Cidade da Esperança; Spatial configuration.*

INTRODUÇÃO – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DO BAIRRO CIDADE DA ESPERANÇA

O bairro da Cidade da Esperança é símbolo de uma lógica influenciada por fatores sociais, culturais, políticos e econômicos e sua origem difere da maioria dos bairros do município de Natal. Ela está associada à construção de um conjunto habitacional de mesmo nome, cujo projeto urbanístico incorporou de forma pioneira, a reserva de espaços públicos, associando-os aos espaços de moradia. As características morfológicas desse tecido urbano constituem o objetivo do presente trabalho.

A ideia de ocupar a área que corresponde ao atual bairro da Cidade da Esperança surgiu no início da década de 1960, por iniciativa do então governador Aluísio Alves¹. Essa a iniciativa se materializou na construção do que se denominou “Conjunto habitacional Cidade da Esperança” e fazia parte de um Plano de Habitação Popular, concebido para reverter o déficit habitacional Potiguar (Tribuna do Norte –TN, 11/06/1964).

O conjunto habitacional da Cidade da Esperança, que teve por objetivo, conforme afirma Pedro de Lima (2001), prover moradias para a “gentinha”² foi construído em um terreno com 1.032.635,00m², que se localizava nos descampados Oestes de Natal, numa área de fronteira, propício para induzir o crescimento nessa direção do município. O terreno mostrou-se bastante

¹ Aluísio Alves foi um jornalista, advogado e político brasileiro natural do Rio Grande do Norte, estado do qual foi governador entre 1961 e 1966. A construção do Conjunto Habitacional da Cidade da Esperança tinha como objetivo de construir casas para a “gentinha” (apelido que o governador utilizava, referindo-se aos mais necessitados, que surgiu durante a sua campanha eleitoral em 1960), e fazia parte do Plano de Habitação Popular, concebido para reverter o déficit habitacional Potiguar.

² Expressão utilizada, na época, por Aluísio Alves para se referir aos estratos inferiores de renda ou sem renda alguma.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



atrativo devido as suas dimensões, ser totalmente livre de edificações e, apesar de inserido em áreas de dunas, ser razoavelmente plano.

O projeto do conjunto habitacional foi concebido em duas etapas, mas executado e entregue em quatro fases (figura 1) entre os anos de 1963 e 1974, e previa 2,5 mil casas, conforme se detalha na seção seguinte, sendo resultado da parceria entre a USAID (*United States Agency for International Development*) e a SUDENE – (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), denominada Aliança pelo Progresso³ (FERNANDES; LAGUARDIA, 2016). Para a sua construção, era previsto a urbanização da área, contemplando a implantação de infraestrutura de serviços básicos como água, esgoto e energia elétrica, além de equipamentos de educação e saúde.



Figura 1 - Bairro da Cidade da Esperança com seus limites territoriais e delimitação do Conjunto inicial e suas respectivas fases de construção. Fonte: Produção própria com base em ALMEIDA, 2014.

Considerando que os beneficiários atendidos pelo projeto do conjunto eram famílias situadas nos estratos inferiores de renda sem renda, oriundas em sua maioria do interior do estado do RN, as moradias do conjunto eram distribuídas nas formas germinadas e isoladas, variando o programa embrião, com 01 quarto, com 02 e 03 quartos, que correspondia a capacidade de pagamento dos moradores (FERNANDES; LAGUARDIA, 2016). Tais diferenciações tipológicas contribuíram para a

³ A Aliança para o Progresso foi criada pelos Estados Unidos, com a pretensão de ajudar e acelerar o desenvolvimento econômico na América Latina. Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos "plenamente democráticos", e construir sociedades democráticas, prósperas e socialmente justas.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



valorização dos espaços comuns nessa fase como forma de suprir as necessidades dos moradores, como será especificado mais adiante.

Tratando-se da sua delimitação territorial, oficializada em 05 de abril de 1993 o bairro teve seus limites redefinidos, sendo estes ampliados pela Lei nº 4.330/1994⁴. Às quatro frações territoriais que correspondem às duas etapas de construção do conjunto que lhe deu origem, foi adicionada uma quinta fração territorial, atualmente ocupada principalmente com prédios de institucionais e comerciais, além de condomínios residenciais. O tecido urbano e a tipologia edilícia dessa área do bairro se diferencia, adotadas no conjunto habitacional, devido à quase inexistência de áreas livres de uso público, e pelo tecido edificado de padrão construtivo, superior aos até então adotados. (FERNANDES; LAGUARDIA, 2016). A partir da construção do conjunto e o avanço da ocupação nos seus limites e eixos estruturantes da cidade se consolida o bairro. A princípio como um grande conjunto habitacional, o primeiro em Natal e uma das experiências pioneiras da América Latina, no modo de previsão da moradia associada a provisão de espaço público na periferia da cidade.

Apesar do atual bairro da Cidade da Esperança envolver uma fração territorial maior que a área inicial, o objeto do estudo do presente artigo compreende apenas a área do conjunto original, devido aos fatores históricos e a maior concentração de espaços livres públicos nesta fração. Para o seu desenvolvimento recorreu-se a uma pesquisa teórica sobre os fundamentos do partido urbanístico adotado e as respectivas ferramentas de análise espacial, assim como referência assim como em documentos e registros históricos sobre a constituição do lugar, cujas referências são especificadas nas seções especificadas ao longo do artigo. Na análise espacial buscou-se evidenciar as transformações ocorridas os espaços livres públicos projetados e ainda existentes no conjunto, assim como seus fatores determinantes, fato que resultou no mapeamento dos espaços remanescentes e algumas proposições para futuras intervenções na área.

O CONJUNTO CIDADE DA ESPERANÇA E A DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

O Projeto Urbanístico em suas diferente etapas e configurações

O partido urbanístico do projeto original do conjunto da Cidade da Esperança, de autoria do Arquiteto Ubirajara Galvão⁵, se fundamentou num discurso que propagava uma ideia de “cidade com perspectivas mais felizes e mais seguras” (ALMEIDA, 2014). A partir da análise do projeto e com base

⁴ Diário Oficial em 07 de setembro de 1994.

⁵ Arquiteto que teve participação intensa no urbanismo em Natal, devido ser o responsável por projetos arquitetônicos que entraram para a história urbanística de Natal desde os anos 60 (Nascimento, Amanda, 2014).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



em informações da SEMURB (Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal) e do Arquiteto Jorge Vargas Soliz⁶, observa-se que o zoneamento na correspondente à primeira etapa do conjunto (entregue em 1963 através da FUNDHAP⁷) levou em consideração as premissas urbanísticas dominantes na década de 1960, alicerçadas no zoneamento racional funcionalista, expresso nas quatro funções urbanas: habitar, trabalhar, recrear e circular. Partindo desse princípio, os espaços destinados à moradia não foram os únicos realçados do projeto, considerando que foram projetados de modo a valorizar os eixos de circulação e os espaços comuns.

Desse modo, o projeto também incorporava uma preocupação com a reserva de áreas livres e verdes, de áreas destinadas aos equipamentos comerciais e comunitários, e com os espaços de circulação, estabelecendo uma localização específica para cada fração/função, sem sobreposições de usos. De acordo com Caliane de Almeida (2014), como este conjunto habitacional foi implantado distante da área urbana consolidada (figura 2), houve uma preocupação do Estado que excedia a provisão de unidades habitacionais e que incluía os aos equipamentos coletivos e às instituições públicas, que tinham espaços reservados no partido urbanístico inicial.



Figura 2 - Vista panorâmica de do Conjunto Habitacional da Cidade da Esperança, anos 1970, com primeira e segunda fase de implantação. Fonte: DATANORTE, 1975.

O projeto da segunda etapa diferenciava-se da primeira pela previsão de três fases de execução e pela redução na quantidade de áreas verdes e livres, desviando-se, portanto, do partido urbanístico original. Para Almeida (2014) o discurso dos governantes de então, divergia dos anteriores, por realçar que o conjunto não necessitava da construção de grande número e diversidade de áreas de lazer e equipamentos coletivos, considerando a população carente que seria beneficiaria projeto. As três últimas fases foram entregues, em 1967, 1970 e 1974. Em de 09 de

⁶ Arquiteto participante da equipe técnica da segunda etapa do Conjunto Cidade da Esperança.

⁷ Fundo de Financiamento de Habitação Popular do Rio Grande do Norte.





junho de 1967 na administração do então Prefeito Agnelo Alves –por meio do Decreto-Lei nº 1.643, o conjunto foi oficializado como bairro (ALMEIDA, 2014).

Espaços livres e equipamentos públicos no Conjunto Cidade da Esperança

A análise do projeto urbanístico (figura 3), também nos permite identificar a distribuição e conformidade dos espaços livres e o destaque dado à reserva de espaços de circulação e convivência nas fases iniciais do projeto, principalmente na primeira. O tecido urbano do conjunto Cidade da Esperança foi projetado integrando os equipamentos coletivos ao conjunto edificado, cujas localizações deveriam ser pensadas como extensão dos espaços de moradias. Nesse sentido, cabe lembrar que a efetivação dessa premissa se manifesta na presença destacada desses espaços às margens dos eixos estruturantes do conjunto, com realce para os passeios e as esquinas (ALMEIDA, 2014).

Tal estratégia de projeto, onde os terrenos lindeiros (figura 3) a esses eixos foram projetados para se constituírem em jardins arborizados e espaços para convívio social, pretendia proteger os interiores das quadras residenciais do intenso fluxo proveniente dos demais usos situados ao longo das principais vias. Além disso, associava-se à perspectiva sinalizada por Panerai (2006), quanto à necessidade do reconhecimento das potencialidades urbanísticas dessas porções territoriais, como lugar por excelência para o fortalecimento e valorização das trocas e relações sociais.

Por outro lado, o projeto também estabeleceu uma setorização dos usos de natureza coletiva e pública ao longo do conjunto, obedecendo a um zoneamento funcional, que o fundamentou (FERNANDES; LAGUARDIA, 2016). Na Avenida Rio Grande do Sul (figura 3), um dos eixos estruturantes consolidados do conjunto, estava previsto que os lotes de esquina localizados na face sudoeste deveriam abrigar atividades de comércio, indústria, e serviços. Observa-se, ainda, a consolidação do agrupamento de serviços e equipamentos entre a Avenida Adolfo Gordo e Rio Grande do Norte, em especial na quadra destinada ao Centro Social Urbano⁸ (CSU) – delimitada pelas avenidas Paraíba, Adolfo Gordo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Fátima Oliveira (2003) ressalta que, nesta área, além da reserva de áreas para escola e posto de saúde, como previa o projeto original, foram inseridos outros equipamentos (igreja, quadras, teatro, campo de futebol, clube Intermunicipal). Entre estes havia outros espaços livres que “tinham o intuito de facilitar a

⁸ Através do Decreto do General Ernesto Geisel (1974-1979), os CSUS foram criados com o objetivo de promover a integração social das cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e do desporto, da saúde e nutrição do trabalho, da previdência social e da recreação e do lazer.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



mobilidade dos grupos entre os mesmos proporcionando uma aproximação física e afetiva das entidades, instituições e seus membros” (OLIVEIRA, 2003).

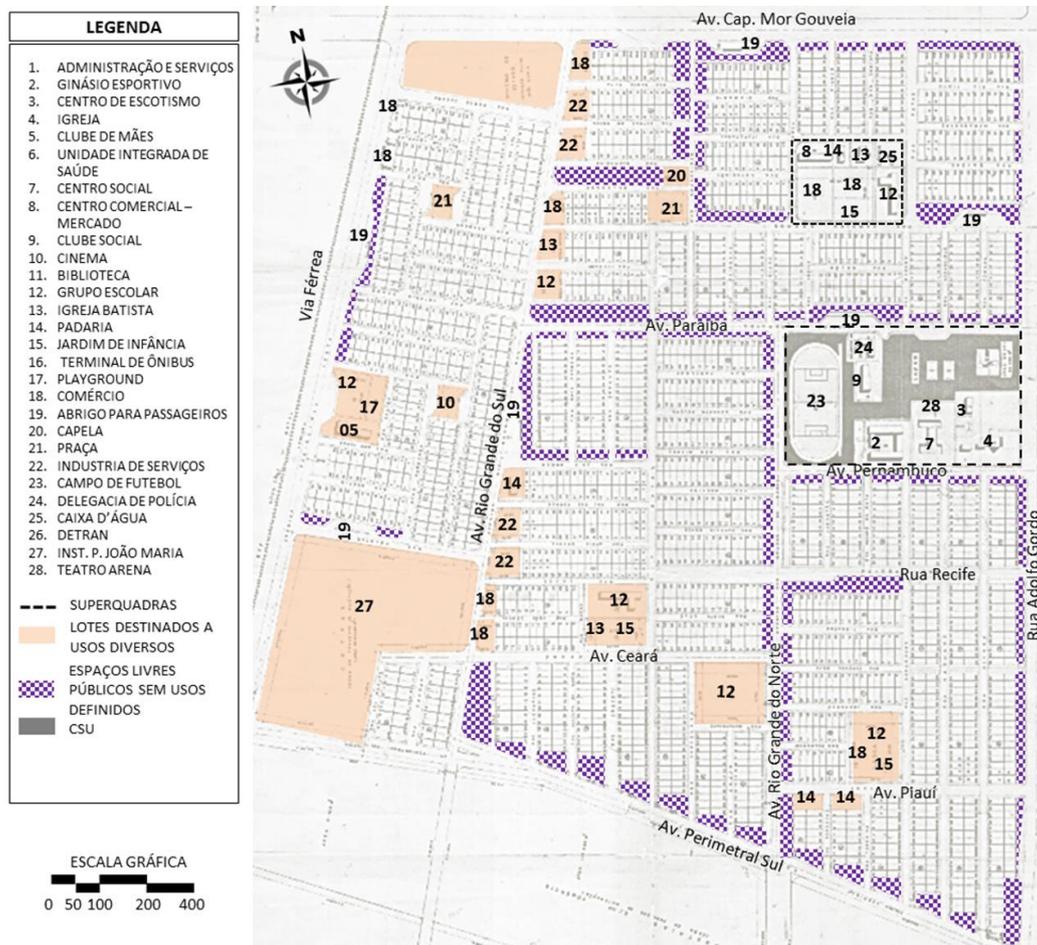


Figura 3 - Planta do partido urbanístico do conjunto da Cidade da Esperança com ênfase nos espaços públicos previstos nas quatro fases de implantação. Fonte: Produção própria a partir da SEMURB, 1975.

Os espaços livres das duas primeiras fases remetem à possibilidade de diferentes formas de apropriação do espaço público com atividades diversas, e, por conseguinte, estimulam a formação de territórios sem distinção acentuada dos domínios público e privado. Nota-se também, a presença de três praças (figura 3), sendo cada uma delas localizada nas áreas correspondentes, as três primeiras fases de implantação do conjunto. Também não há registros de previsão de usos e equipamentos ou mobiliários específicos para os espaços livres contíguos aos terrenos lindeiros as vias (figura 3). Por outro lado, os principais equipamentos comunitários e áreas de lazer, seriam instalados de forma concentrada nas duas superquadras (figura 4).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA

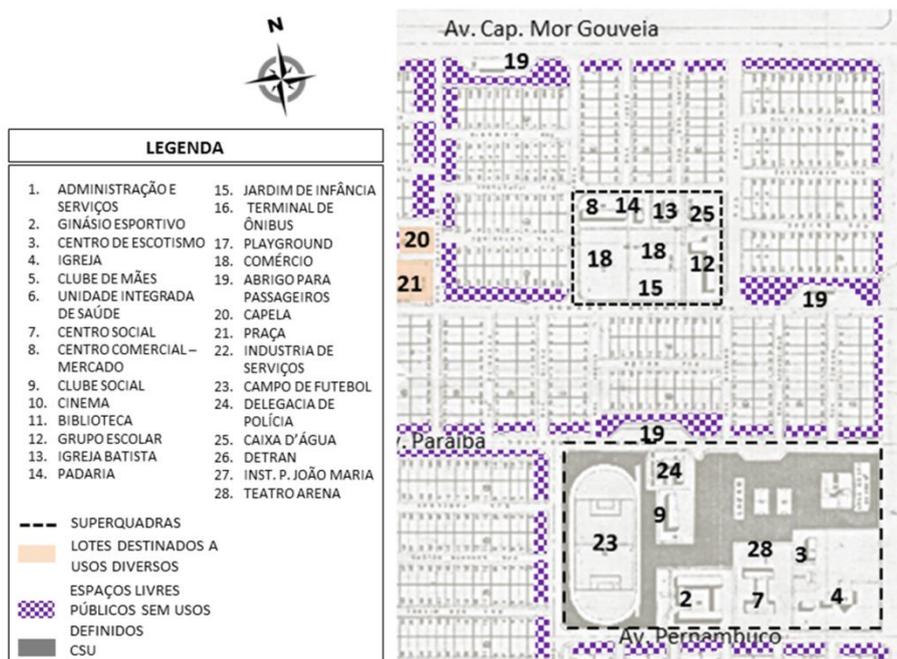


Figura 4 – Concentração de espaços e equipamentos públicos previstos no projeto urbanístico nas duas superquadras do conjunto. Fonte: Produção própria a partir da SEMURB, 1975.

Como o conjunto foi concluído antes da construção do Terminal Rodoviário da cidade⁹, e devido à sua distância em relação à área central, destacam-se alguns espaços livres localizados às margens dos eixos estruturantes das três primeiras etapas de construção, que foram destinados para, entre outros fins, instalação de terminais de ônibus. Cabe salientar que essa preocupação com a reserva de áreas para abrigar os diversos usos, oferecendo a possibilidade da estruturação de uma ampla oferta de serviços e atrativos para a população é algo, pelo menos, inovador, tendo em vista que o conjunto foi construído antes da Lei Federal 6.766/79¹⁰, que estabeleceu a obrigatoriedade de reserva de espaços para circulação e instalação de equipamentos e serviços públicos nos projetos de parcelamento do solo urbano.

Com o objetivo de expandir a cidade na direção Oeste entre as estratégias adotadas destaca-se a reserva de áreas para atrair novos investimentos/ empreendimentos à escala da cidade, fato que pode ser constatado na destinação de um grande terreno às margens da Av. Rio Grande do Sul para a instalação do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito). Percebe-se, assim, que o conjunto não

⁹ O Terminal Rodoviário foi construído em 1981, sob o ponto de vista de alguns estudiosos, a sua construção significava à época reforçar o desenvolvimento na área (MEDEIROS, 2015). Expectativa também demonstrada em alguns relatos de moradores, que destacam que a partir de sua instalação, trouxe muitas facilidades para a vida dos que ali residiam, fato verificado, principalmente, através da pavimentação das ruas e do abastecimento do bairro por uma frota maior de ônibus.

¹⁰ A Lei Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, declara que as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo Plano Diretor ou aprovada por Lei municipal para a zona em que se situem.



foi projetado priorizando apenas a instalação de atividades comerciais e serviços de âmbito local. Tendo em vista que as ruas, as áreas verdes, os espaços comunitários, incluindo os terrenos reservados para instalação de equipamentos públicos (escolas, mercados e afins) e outras áreas livres possuíam, respectivamente, 19,44%, 8,13%, 13,65% e 10,75%, correspondendo 51,97% da área do conjunto, conforme se constata na planta de 1975. A extensão dessa reserva, se comparada com projetos de conjuntos habitacionais construídos no município a partir da década de 1970, evidencia o destaque que foi conferido aos espaços livres de uso coletivo no projeto do conjunto em análise.

Entretanto, para Almeida (2014), os equipamentos públicos, assim como as áreas destinadas às atividades de lazer, não foram distribuídos no tecido urbano de forma correspondente ao projetado não uniforme, tendo em vista que parte dos usos previstos para os espaços públicos não se relacionavam com lazer, esporte e convivência. De fato, a maioria desses, embora tenham abrigado equipamentos coletivos como escolas, clube, igreja, possuem acesso controlado, na maioria dos casos com muros cegos, que se converterem em barreiras físicas, reduzindo sobremaneira os espaços de uso comum que, podem ser apropriados e/ou usados livremente pelos moradores. Além disso, observa-se que não havendo previsão usos para a maioria dos espaços, o projeto urbanístico também recai no que Panerai (2006) classifica como inversão lógica do espaço público, quando este é pensado como um vazio residual a ser organizado por último.

TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS – CONJUNTO CIDADE DA ESPERANÇA

Ainda na segunda metade da década de 1960, começaram a surgir no bairro novos espaços para o usufruto da população. As mudanças ocorreram devido a vários fatores, entre eles a efetiva ocupação de alguns espaços públicos com a construção de equipamentos em diferentes escalas (bairro, setorial e urbana), anteriormente previstos. Dentre as primeiras construções na escala de bairro para fins comunitários, estava a Igreja Católica¹¹ (figura 5), que foi entregue juntamente com as casas da segunda etapa. Segundo entrevistas com moradores do bairro, a construção da Igreja Católica de Nossa Senhora da Esperança - padroeira do bairro -, surgiu durante o governo do Monsenhor Walfredo Gurgel¹², e efetivou a ocupação da superquadra também destinada ao CSU.

Anos mais tarde houve a construção do novo Terminal Rodoviário da Cidade de Natal (1981), na atual Av. Capitão Mor Gouveia, no limite Norte do conjunto. Alguns estudos e relatos de

¹¹ Em relato de moradora, disponível em Cândido (2008), a área próxima à igreja, em 1967, era só de areia e mato (sinônimo de vegetação nativa, sem nenhum tratamento).

¹² Foi um sacerdote católico e político brasileiro com atuação política no Rio Grande do Norte, estado do qual foi governador entre 1966 e 1971.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



moradores identificam nesse acontecimento, a principal referência para o impulso do crescimento do conjunto e do próprio bairro. Os relatos destacam que a instalação do terminal, além de produzir alterações na dinâmica social e econômica do bairro como um todo, introduziu muitas facilidades e novos hábitos citadinos no cotidiano dos que ali residiam. Além disso, também contribuiu para a ocorrência de alterações na configuração espacial, na oferta de novos equipamentos e serviços, com destaque para a pavimentação das vias e a melhoria da oferta de transporte coletivo com o aumento da frota maior de ônibus. A instalação desse equipamento também conferiu maior notoriedade e visibilidade ao bairro, tendo em vista que, por muitos anos este era conhecido e considerado como uma “terra de índios”. Além dessas mudanças, o terminal rodoviário também impulsionou a decisão para a instalação do DETRAN (1982) no bairro, em terreno alienado para fim, cuja decisão vinha sendo protelada desde a década anterior, Este equipamento, conforme referido, contribuiu sobremaneira para diversificar a dinâmica de crescimento bairro, tendo em vista a sua importância em escala regional (FERNANDES; LAGUARDIA, 2016).

Apesar da presença desses equipamentos no bairro, a carência de infraestrutura de serviços básicos marcou a implantação do Conjunto Cidade da Esperança desde o início. Durante muitos anos, as praças e espaços verdes projetados, não passavam de grandes vazios urbanos, sem tratamento urbanístico ou paisagístico. As quadras destinadas aos equipamentos de lazer, reservadas desde a primeira etapa só foram ocupadas quase uma década mais tarde, após a construção dos referidos equipamentos e de alguns equipamentos de educação (Grupos Escolares) e de saúde (Unidade Integrada de Saúde).

Com o crescimento populacional do bairro e o aumento da oferta de infraestrutura, incluindo a instalação de serviços elétricos, os espaços públicos passaram a ser utilizados também no período noturno, inclusive por crianças, realizando diversas brincadeiras e, adultos, principalmente, com a prática de encontros e rodas de conversas nas calçadas, hábito que permanece até hoje (BERTULEZA, 2014). Entretanto, a implantação do Conjunto não veio associada à preocupação com a arborização do local. Segundo relatos dos moradores os poucos espaços arborizados do conjunto resultam de suas próprias iniciativas ao longo dos anos. Como decorrência, os espaços livres públicos constituem alguns dos locais mais degradados do conjunto. A maioria deles encontra-se abandonado e sem qualquer atenção do poder público.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 5 - Equipamentos previstos e instalados na década de 1980 no Conjunto da Cidade da Esperança. Fonte: MEDEIROS, 2015. Nota: As áreas foram demarcadas a partir da delimitação atual. Foram atribuídos os usos definidos pelo partido urbanístico e pesquisa documental feita pela referida autora.

O desejo por construir ambientes mais identificados às práticas cotidianas do lugar estimulou os moradores a promoverem alterações diversas, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados. Além disso, houve um intenso adensamento no conjunto entre os anos 1978 e 2006, o que favoreceu a ocupação de muitos dos espaços livres, principalmente os lotes de esquinas destinados a proporcionar a convivência dos moradores, com novas residências e outros fins. Essas ações alteraram a configuração espacial do conjunto, tanto na ocupação dos seus espaços edificados, quanto na diversificação das formas de apropriação dos espaços livres de uso coletivo.

Por outro lado, a maioria dos espaços públicos foi cercada por muros, restringindo sua acessibilidade, como é o caso do campo de futebol situado em uma das superquadras (figura 4). Com isso, se comparamos com os espaços livres previstos no partido urbanístico original, constata-se uma drástica redução da presença destes no conjunto. Atualmente, existem poucas áreas remanescentes e apenas um novo espaço, que se caracterizam de fato como espaço livre público (figura 6), correspondendo a apenas 10,08% da área total do conjunto. Nesse contexto, uma das mudanças mais significativas da configuração espacial foi à intensificação do potencial construtivo das duas superquadras, originalmente destinadas à instalação de equipamentos de lazer e comunitário. Estas foram totalmente ocupadas por empreendimentos privados, escolas públicas e instituições de

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



diversas naturezas, restando, pouco espaço remanescente para uso público. A área correspondente ao CSU (Centro Social Urbano), na superquadra localizada entre as Avenidas Paraíba e Pernambuco, também foi ocupada de forma inadequada, restando apenas à praça localizada a frente da Igreja Católica e o entorno do Ginásio João Alves Correia como espaços livres para uso coletivo.

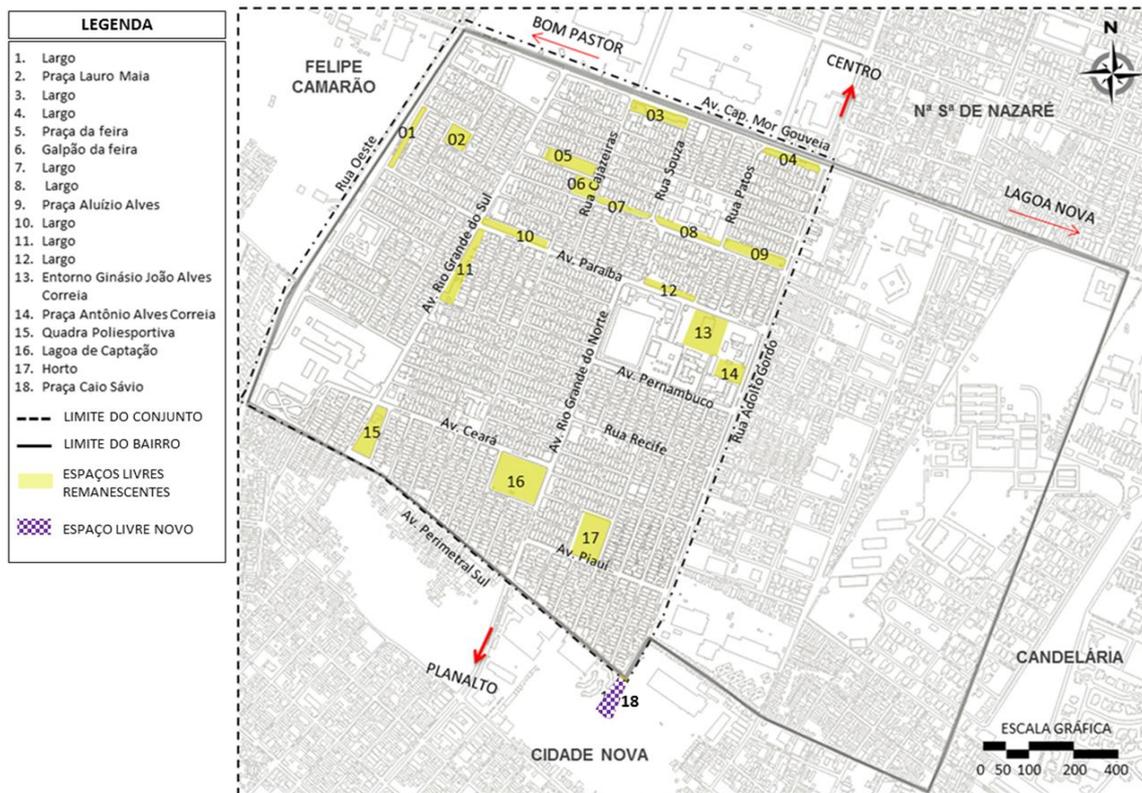


Figura 6 - Localização e usos atuais dos espaços livres públicos no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN. Fonte: Produção própria a partir de visita *in loco* e Google Street View.

É importante destacar que a maioria das transformações ocorridas nos espaços públicos do conjunto foi realizada a partir de demandas da população, interferindo, em alguns casos, nas decisões do poder público (figura 7). Como exemplo, cita-se o processo de extinção da área de esporte e lazer no espaço pertencente ao CSU para a construção de outros equipamentos como a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), como demonstrado na figura 7. Essa ação da população também induziu a modificação de usos de alguns espaços, como foi o caso da construção do galpão para instalação da feira permanente em uma área antes destinada à construção de uma praça. Por outro lado, outras praças foram construídas, como a Praça Aluizio Alves, em terreno anteriormente utilizado como abrigo para os ônibus; e a Praça Caio Savio, em terreno remanescente no espaço privado (figura 6).





Figura 7 - Moradores fazendo protesto contra a intensa ocupação de uma das superquadras.
Fonte: Tribuna do Norte, 2010.

As condições físicas da maioria dos espaços públicos permanecem as mesmas descritas nos primeiros anos da construção do conjunto: locais degradados, refletindo o descaso do poder público, ou a tentativa de melhorias através da intervenção dos próprios moradores. Estes se encontram abandonados, em sua maioria, com vegetação sem tratamento, com usos agregados não previstos - sendo utilizados apenas como lugar de passagem ou para acúmulo de lixo, entre outros. Além disso, com o crescente adensamento do bairro, os espaços remanescentes continuam sendo ocupados de forma inadequada, transformando-se em espaços privados, como residências e prédios comerciais, sendo este último o uso mais frequente. Por outro lado, de modo geral, com exceção dos locais citados, os espaços livres públicos remanescentes ainda mantêm, as mesmas características morfológicas estabelecidas no projeto urbanístico do conjunto. Alguns, a exemplo da Praça Lauro Maia, ainda conservam a estrutura interna e o mobiliário implantados na sua construção. Entretanto, apesar das relações de proximidade dificultam a integração visual e, conseqüentemente, a articulação direta entre eles. Portanto, pode-se dizer que esses espaços livres apresentam-se como um conjunto desarticulado, como peças isoladas do contexto urbano, apresentando fragilidades desde sua inserção, que conduzem a dissolução da significação e legibilidade do espaço público.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

O estudo realizado nos permitiu constatar, que os espaços públicos do conjunto Cidade da Esperança, não tem cumprido o seu papel estruturador no tecido urbano do bairro, conforme previsto no projeto original. Apesar de orientado pela valorização do espaço público como continuidade dos espaços privados, muitos não resistiram a pressão urbanizadora do bairro ocorrida ao longo dos anos, principalmente após a construção do Terminal e do Detran, que passaram a

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



demandar novos serviços e, conseqüentemente, estimular novas formas de apropriação. Esse fato pode ser constatado, inclusive, na pressão por ocupação dos 17 espaços livres públicos remanescentes, residuais e isolados, que, evidenciam sinais de degradação, seja no mobiliário ou na falta de tratamento paisagístico, além de se constituírem como barreiras físicas que comprometem a sua apreensão na escala do bairro ou da cidade.

Constata-se ainda que, a reserva de áreas exclusivas para uma atividade específica, não é suficiente para garantir o equilíbrio e a funcionalidade da continuidade espacial pretendida. Faz-se estabelecer um conjunto de ações, envolvendo decisões normativas e projetuais, que possibilitem a sistematização e articulação desses espaços e sua utilização pela população, de forma atrativa. Além disso, observa-se em paralelo ao projeto urbanístico, necessita-se de medidas legislativas que promovam o controle e preservação dos espaços livres previstos, a fim de evitar que estes sumam com a pressão do adensamento local. Outrossim, a discussão apresentada, também corrobora para a confirmação da hipótese de que o partido, materializado no projeto urbanístico e paisagístico, incluindo o mobiliário e a infraestrutura dos espaços livres existentes na Cidade da Esperança e, principalmente no conjunto habitacional que lhe deu origem, nem sempre favorece a sua utilização pelos usuários de forma satisfatória. Além disso, as escolhas projetuais nem sempre oferecem uma resposta urbanística correspondente aos desejos da população, favorecendo, às vezes, a instalação de usos incompatíveis com as condições físicas dos espaços e as demandas sociais locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Dissertação Habitação Social: Origens e produção (Natal, 1889 -1964). São Carlos/SP: 2014.
- BERTULEZA, Gilnadson da Silva. **O Espaço da Conversa**: anteprojeto de reestruturação de um espaço público de esporte, cultura e lazer no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Tecnologia – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Natal/RN: 2014.
- CÂNDIDO, Daniela Karina. **As praças e a parceria público-privada em Natal-RN**. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- FERNANDES, Rizolete; LAGUARDIA, Paulo. **Cidade da Esperança**: 50 anos de história do bairro. Natal (RN): Sesc Natal, 2016. MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **Produção do espaço**



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



residencial em Natal: Renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais. Natal. 2015. 274f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

NASCIMENTO, Amanda. **As praças do bairro da Cidade da Esperança:** Estudos e sugestões acerca dos espaços públicos e suas apropriações. Trabalho apresentado à disciplina Projeto e Planejamento Urbano e Regional 06. Natal, UFRN, 2014.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. **Conheça melhor seu bairro.** Cidade da Esperança. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2005. Disponível em: < <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html> > Acesso em: 05 setembro 2015.

_____. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. PMN/SEMURB. **Natal: meu bairro, minha cidade.** 2009. Disponível em: < <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html> > Acesso em: 05 setembro 2015.

_____. Lei Complementar nº 082, de 21 de junho de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Natal, n. 1169, 23 jun. 2007. Edição Especial.

OLIVEIRA, Fátima Maria de. **Do trem da esperança “à estação das ruas verdes”:** o bairro da Cidade da Esperança no imaginário dos moradores. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo).

QUANDO a “gentinha” ganhou casa. Tribuna do Norte, Natal, 22 jan. 2006. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/print.php?not_id=337>. Acesso em: 15 set. 2015.

TRIBUNA DO NORTE, Natal: 11.06.1964.

